

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOJU - PARÁ NO CONTEXTO DO FUNDEB PERMANENTE - 2023

Elaine Cristina Melo Batista - ICED/ UFPA -

elaine.melo.batista@iced.ufpa.br

Maria Viviane dos Santos Oliveira Medeiros - ICED/UFPA –

viviane.oliveira@iced.ufpa.br

Yana Gabrielle Gomes do Rosario - ICED/UFPA -

yana.rosario@iced.ufpa.br

Rosana Maria Gemaque Rolim - ICED/UFPA -

rgemaque@uol.com.br

Eixo Temático: EIXO 1 - Políticas Públicas Educacionais: Planejamento, Gestão e Financiamento da Educação

Resumo: O financiamento da educação é pauta importante nos debates por impactar diretamente na promoção do direito à educação com padrões de qualidade. O objetivo deste texto é analisar o financiamento da educação no município de Moju, a partir das receitas, visando destacar a contribuição do Fundeb. As análises sustentam-se legalmente na legislação da educação e em dados oficiais sobre as receitas da educação de Moju de 2023, extraídos do SIOPE. Os dados mostram que o financiamento da educação em Moju é altamente dependente de receitas adicionais e que a contribuição decorrente da movimentação dos recursos do Fundeb e da complementação da União tem potencializado a capacidade financeira desse município. Conclui-se pela defesa de um financiamento robusto, pautado nas necessidades educativas, que seja capaz de reduzir as desigualdades e oferecer oportunidades equânimes a todos os estudantes.

Palavras-chave: Financiamento da Educação; Receitas e Despesas; Fundeb; Município de Moju

Introdução

O financiamento da educação vem se tornando uma pauta importante em debates sociais, políticos e acadêmicos, por ser uma temática que impacta diretamente na promoção do direito à educação com padrões “mínimo” de qualidade.

No Brasil, a principal fonte de receitas que financia a educação provém da vinculação de impostos, que é uma contribuição financeira que os cidadãos e as empresas devem repassar ao Estado para financiar as políticas públicas em geral.

O objetivo deste texto é analisar as receitas destinadas à educação do município de Moju, visando destacar a sua magnitude e contribuição do Fundeb para o financiamento da educação desse município.

O estudo referencia-se no artigo 212 da Constituição Federal de 1988- CF-1988, que define os percentuais mínimos da receita de impostos destinados à educação, em que a União deve destinar, no mínimo, 18% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25% da receita líquida de impostos. Além da CF-1988, toma-se como referências os artigos 68 a 77, da LDB- Lei nº 9.394/1996, que regram o financiamento da educação e na Lei 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB. Do ponto de vista teórico, o texto foi subsidiado nas interpretações de Madza e Bassi (2009); Oliveira (2023); Gemaque Rolim (2021).

As análises sustentam-se em dados oficiais coletados junto ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE, referente ao ano de 2023. Inicialmente, o texto apresenta informações sobre as receitas da educação do município de Moju, por fontes aqui já mencionadas, destacando a participação do Fundeb em relação ao total.

Posteriormente, analisa a movimentação das receitas do Fundeb.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como pesquisa documental utilizando-se a base de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, especificamente do Sistema de Informação sobre o Orçamento Público em Educação-SIOPE, com base no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), do ano de 2023. Dessa forma, os dados foram analisados e discutidos neste trabalho nas quais destacam-se as receitas resultantes de impostos e outros recursos para fins de informações sobre o financiamento para a educação do município de Moju. A combinação das abordagens qualitativa e quantitativa possibilita uma análise abrangente e detalhada do financiamento para a educação nos entes federados.

Análise e discussão dos resultados

Em 2023, a receita total da educação de Moju foi de R\$ 181.818.774,28. Deste valor, 2,45% são oriundos de impostos próprios e 23,01%, de impostos transferidos pelo Governo do Pará e pela União. Em termos de impostos e decorrências, as principais fontes de financiamento da educação, em 2023, foram o FPM (14,15%) e o ICMS (11,03%). Importa destacar que, nos

cálculos, considerou-se apenas o mínimo de 25% vinculado à educação. Nesse ano foi declarado que o valor gasto com educação correspondeu a 28,96% da receita de impostos, ou seja, a receita decorrente de impostos foi acima do valor a partir da análise de dados do estudo. Se considerarmos 28,96%, a participação no total dessa fonte de receita aumenta para 33,12%, ou seja, em 4,16 pontos percentuais.

Em 2023, as receitas adicionais da educação, em Moju, representaram 76,99% do valor total da educação, caracterizando-se como um município bastante dependente de outras fontes de receita, em que esse tipo de receita passou a ser preponderante. Todavia, quando consideramos os 28,96% declarados, essa participação é reduzida para 74,26%. Ainda assim, as receitas adicionais são preponderantes.

Dentre as fontes de receitas adicionais, as de maior destaque no financiamento da educação foram as receitas líquidas do Fundeb (33,73%) e a complementação da União ao Fundeb (39,22%), que juntas essas fontes corresponderam a 64,37%, do total da receita da educação.

Em 2023, Moju recebeu mais dois tipos de complementação da União ao Fundeb, decorrentes do valor aluno ano total mínimo – VAAT-M (16,48%) e o do valor aluno ano redução das desigualdades- VAAR (0,70%).

Referente aos resultados da movimentação dos recursos do Fundeb, em Moju, a principal fonte do Fundeb decorre dos impostos (47,02%). Destes, 10,46% são impostos de Moju. Assim, nessa movimentação, os ganhos decorrentes de impostos, correspondem a 36,57%, participação importante no total da receita do Fundo. As complementações da União destacam-se, participando com 23,89% (VAAF), 17,87% (VAAT) e 0,76% (VAAR), no total do Fundeb.

Essa movimentação coloca em evidência a importância do Fundeb no financiamento da educação de Moju, destacando as complementações da União que juntas correspondem a 42,52%, do total do fundo.

Considerações finais

Destarte, a análise das receitas da educação, por fonte, revela que o financiamento da educação de Moju é dependente de fontes adicionais, evidenciando a baixa capacidade de autonomia para o desenvolvimento de políticas educacionais específicas, visto que esse tipo de receita, em grande parte, vincula os gastos, deixando uma margem reduzida para a tomada de decisão local.

Nesse contexto de baixa capacidade de financiamento, a política de Fundos, configurada no Fundeb, contribui efetivamente para elevar a capacidade de financiamento da educação, reduzindo as desigualdades de receita disponível por aluno. Todavia, o combate às desigualdades educacionais, considerando-se o direito de acesso à educação de qualidade, estudos têm mostrado que o volume de recursos disponibilizado por esse Fundo precisa ser ampliado, para que a distribuição dos recursos seja pautada pelas necessidades e não na disponibilidade orçamentária. O financiamento robusto e adequado facilita a implementação de políticas educacionais que visam reduzir as desigualdades e oferecer oportunidades equânimes a todos os estudantes.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, em 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 5 out. 2024.

IBGE. Cidades e Estados: Moju. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/moju.html> . Acesso em: 19 out. 2014

MADZA, Ednir; BASSI, Marco. Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira. São Paulo: Peirópolis: Ação educativa. 2009.

GEMAQUE, Rosana. GUTIERRES, Dalva. Financiamento da Educação Básica no Brasil. Desafios históricos. CABRITO, B; CASTRO, A; CERDEIRA, L; CHAVES, V (ORGs.). Os desafios da expansão da educação em países de língua portuguesa: financiamento e internacionalização. Editora Educa. Lisboa-Portugal, 2014.

GEMAQUE ROLIM, Rosana Maria. A Política de Fundos no financiamento da Educação Básica - considerações acerca do fortalecimento do projeto de educação pública de qualidade. In: Revista Educação e Políticas em Debate – v. 10, n. 1, p. 63-83, jan./abr. 2021.

